

Clipping CARF

Matérias de jornais, revistas, sites e blogs que mencionam o **CARF**

Valor Econômico

Zelotes: Juíza pede a Dilma que informe sobre reuniões na Presidência

Valor Econômico - 29/10/2015

Folhapress

BRASÍLIA - A juíza federal responsável pelos processos da Operação Zelotes em Brasília, Célia Regina Ody Bernardes, solicitou nesta terça-feira (27), em caráter urgente, à Presidência da República, a quatro ministérios, ao Senado e à Câmara dos Deputados que sejam enviados à Justiça Federal, num prazo máximo de dez dias, todos os documentos, incluindo registro de reuniões, relativos à produção de duas medidas provisórias, de 2009 e 2013.

Segundo a suspeita da força tarefa da Zelotes, as medidas teriam sido "vendidas" em benefício da indústria automotiva.

Em ofício dirigido à presidente Dilma Rousseff, a juíza solicitou "todos os documentos produzidos (estudos, pareceres, notas técnicas etc), inclusive registro de reuniões". A juíza acolheu um pedido da Procuradoria da República no Distrito Federal.

A intenção da Zelotes é encontrar indícios, na documentação, da atividade de lobistas que aparecem, em mensagens eletrônicas interceptadas e anotações apreendidas com ordem judicial, combinando ações e valores. As duas medidas provisórias sob investigação, segundo os ofícios da juíza, são a 471, de 2009, assinada pelo então presidente Lula, e a 627, de 2013, assinada pela presidente Dilma Rousseff. Ambas foram depois convertidas em lei.

Ofícios com redação semelhante ao enviado a Dilma foram também dirigidos pela juíza aos presidentes do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e aos ministros Joaquim Levy (Fazenda), Armando Monteiro Neto (Desenvolvimento, Indústria e Comércio), Jaques Wagner (Casa Civil) e Celso Pansera (Ciência, Tecnologia e Inovação).

Segundo relatório da Polícia Federal, a investigação coletou "informações importantes do 'trabalho de convencimento' realizado pelos sócios da SGR [Consultoria] junto à Presidência da República, Casa Civil, Ministério da Fazenda e Ministério da Indústria e Comércio".

A SGR Consultoria pertence a José Ricardo da Silva, ex-conselheiro do **Carf**, conselho vinculado ao Ministério da Fazenda que analisa recursos de empresários multados pela Receita Federal, que atuou em conjunto com o lobista Mauro Marcondes Machado. Ele

pagou, por sua empresa Marcondes e Mautoni, pelo menos R\$ 1,5 milhão, em 2014, a uma microempresa de marketing esportivo de um dos filhos do ex-presidente Lula, Luis Claudio Lula da Silva.

Em 23 de outubro, a Procuradoria da República no DF solicitou à juíza que oficiasse a Presidência, os ministérios, Senado e Câmara a entregarem "todas as informações referentes aos trâmites formais das medidas provisórias" nº 471 e 627.

Aos presidentes do Senado e da Câmara, a Procuradoria pediu que eles sejam instados a entregar "o suporte documental de todo trâmite legislativo" das duas MPs. Para a Procuradoria, a coleta de todo o material é "imprescindível" para "a completa elucidação dos fatos".

A reportagem não conseguiu localizar assessores do Palácio do Planalto por volta das 22h desta quarta-feira (28).

Lula reage hoje em discurso a acusações contra familiares

Valor Econômico - 29/10/2015

Andrea Jubé | De Brasília

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva abre hoje a reunião do Diretório Nacional do PT, em Brasília, com um discurso duro, em que responderá às acusações de desvios contra seus familiares e amigos próximos. Ontem o presidente do PT, Rui Falcão, disse que existe uma "campanha direcionada" para atingir Lula, o partido e a presidente Dilma Rousseff por parte de setores da mídia, da Polícia Federal, do Ministério Público e do Judiciário. "É nítido isso", afirmou.

A nova etapa da Operação Zelotes, que investiga um esquema de corrupção no Conselho de Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), vinculado ao Ministério da Fazenda, atingiu a empresa LFT Marketing Esportivo, de Luís Cláudio Lula da Silva, um dos filhos do ex-presidente. Uma de suas noras - sem especificar qual - também foi implicada em investigação envolvendo o empresário José Carlos Bumlai, amigo do ex-presidente. O ex-ministro Gilberto Carvalho, que foi chefe de gabinete de Lula - e é um de seus amigos mais próximos - também foi chamado a prestar esclarecimentos.

Para Falcão, a PF mira um "peixinho", já que a Zelotes investiga esquemas bilionários de sonegação fiscal e a empresa do filho de Lula seria pequena. "Tem um monte de tubarões e correm atrás de um peixinho?", provocou. A LFT teria recebido R\$ 2,4 milhões de negócios com um lobista, investigado pela suposta compra de uma medida provisória. Falcão afirma que Lula sofre perseguição política. "Não consideramos que uma perseguição inominável e inexplicável a um de seus filhos (de Lula) suscite desagravo, mas vamos mencionar no documento (final do diretório) essa agressão", afirmou.

O diretório nacional aprovará um documento em defesa de Lula e seu legado. O discurso de Lula será aberto à imprensa - o que não costuma ocorrer - e transmitido ao vivo pela internet. A reunião será ampliada, com a presença dos governadores da sigla, ministros, senadores e deputados federais.

Na área econômica, o PT reforçará as cobranças por mudanças na política econômica, contra o ajuste fiscal. Mas assim como nas resoluções anteriores, o diretório nacional deverá preservar o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, alvo das críticas do partido. "A política econômica precisa de mudanças, mas não vamos personificar em ninguém", disse Falcão. Apesar das críticas enfáticas de Lula e de lideranças do PT a Levy, a cúpula petista preserva o nome do ministro dos documentos de conjuntura.

O diretório também vai aprovar um documento sobre as eleições municipais. Falcão disse que a prioridade será a "defesa do PT". Para isso, a sigla lançará o maior número de candidatos a prefeitos e vereadores para ocupar espaços nos meios de comunicação, a fim de multiplicarem os discursos defendendo o partido. "Passado um ano das eleições presidenciais, a oposição - que não soube ganhar e agora não sabe perder - insiste no golpe", disse Falcão.

Correio Braziliense

Lei "encomendada" perdoa R\$ 3,2 bilhões

Correio Braziliense - 29/10/2015

Investigação da força-tarefa da Operação Zelotes afirma que a Medida Provisória nº 512/2010, que modificou a legislação tributária para a indústria automobilística, foi produzida no Executivo e alterada no Congresso com o objetivo de derrubar R\$ 3,2 bilhões em impostos devidos pelas montadoras Ford e MMC Mitsubishi. Os valores estavam em discussão no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), espécie de "tribunal" do Ministério da Fazenda em que os contribuintes recorrem quando são cobrados ou multados pela Receita Federal. Com a publicação da MP e das emendas inseridas pelo relator na Câmara, o então deputado Moreira Mendes (PSD-RO), o problema foi resolvido.

Originalmente, a proposta do Executivo previa estender até 2020 benefícios fiscais à indústria automobilística com base em créditos do Impostos de Produtos Industrializados (IPI) nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O governo estimou a perdas com arrecadação em R\$ 4,5 bilhões nos cinco anos seguintes à sua aprovação, mas um estudo da Consultoria do Senado apontou renúncia fiscal até quatro vezes maior: R\$ 18 bilhões.

De acordo com relatório da Polícia Federal, graças às modificações no Congresso, a Lei nº 12.407/2011, sancionada por Dilma Rousseff (PT) e originária da MP, "saiu melhor do que encomenda para as empresas da indústria automotiva". Isso porque a nova lei mudou a

interpretação de regras que permitiam acumular incentivos fiscais, uma prática que, até então, gerava multas e cobranças às empresas na Receita e era questionada no Carf. "Além de criar benefícios, de quebra derrubou a razão de ser dos autos de infração constituídos em seu desfavor exonerando-se assim os bilionários créditos tributários que deveriam pagar à União", diz a PF. A Ford devia R\$ 3 bilhões no Carf. A MMC, R\$ 265 milhões.

A polícia diz que, a princípio, a Ford não contratou o "consórcio" de escritórios que participavam da operação, o Marcondes & Mautoni, de Mauro Marcondes; a SGR Consultoria, de José Ricardo Silva; e o lobista Alexandre Paes Santos, o APS - todos presos na segunda-feira. A montadora não respondeu ao jornal se contratou as empresas e disse ter "uma posição forte e clara contra a corrupção". A MMC Mitsubishi contratou o M&M, mas diz que foi para fazer "estudos que demonstrassem as vantagens (da) extensão do benefício fiscal". O ex-deputado Moreira Mendes afirmou não se lembra se foi procurado pelo consórcio mas que atendeu pedidos de políticos "sem nenhum tipo de compromisso."

Derrotas iminentes

Para a PF, o "consórcio" estava na "linha de frente" da edição da MP 512 e sua transformação em lei, assim como aconteceu com a MP 471 e com a MP 627. No Carf, a Mitsubishi e a Ford tentavam acumular incentivos fiscais criados por normas de 1997, 1999 e 2001, no governo Fernando Henrique (PSDB). Logo depois da edição da MP 512, houve uma "grande sacada", segundo relatório da polícia, com emendas ao texto que permitiam a acumulação. Moreira Mendes disse em seu relatório que "foram acolhidas ainda como emenda de relator algumas propostas", sem informar a origem, para chegar ao texto que, segundo a PF, foi feito sob encomenda para as montadoras.

Ontem à noite, o ex-deputado disse ao Correio que foi procurado pelo então governador da Bahia, Jaques Wagner, pelo ex-deputado Maurício Rands (PT-PE), e por integrantes da bancada de Minas Gerais. Moreira Mendes negou qualquer vantagem ilegal. "Recebi a todos e atendi a todos sem nenhum tipo de compromisso", disse. Ele afirma ignorar se integrantes do consórcio o procuraram para fazer as sugestões. "Agora, se outras pessoas procuraram, não me lembro." No Senado, o texto foi relatado por Humberto Costa (PT-PE), que fez emendas de redação à Medida Provisória não listadas pela PF.

Participantes

Para a PF, um documento apreendido mostra que o ex-ministro Gilberto Carvalho e a ex-servidora Lytha Battiston eram "pessoas participantes do projeto" da MP 512 em análise pelo escritório M&M. No caso da ex-servidora, a polícia afirma que ela recebeu R\$ 1,4 milhão pelos "serviços prestados" nas MPs 471 e 512. O advogado de Lytha, Paulo Boaventura, reiterou ontem nota em que ela nega recebimento de propina.

Em nota, Gilberto Carvalho negou qualquer participação no esquema. Ele disse que a quebra dos seus sigilos, pedida pela Receita (leia mais na página 3), vai confirmar sua honestidade. "Meu patrimônio pessoal se restringe à posse de uma chácara de 3 hectares na região do Entorno (Goiás), a um apartamento financiado por 19 anos no Banco do Brasil e

um veículo que tem o valor de R\$ 45 mil", disse.

Carvalho afirmou que recebeu Marcondes na condição de vice-presidente da associação das montadoras (Anfavea). "Nunca tratei com ele do mérito da MP 471, ou da MP 512, aprovadas por unanimidade no Congresso com elogios de vários próceres da oposição." Os advogados de Marcondes não retornaram recados da reportagem.

O advogado de APS, Marcelo Leal, pediu anteontem a soltura de seu cliente ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Ele afirmou que não há ilegalidade na atuação do lobista. "Tenho certeza de que isso será provado."

Entenda o caso

Como a MP 512 estendeu benefícios fiscais e livrou montadoras de impostos questionados no **Carf**

1) Pendências tributárias A Ford e a Mitsubishi tinham julgamentos de cobrança de impostos no **Carf** por divergências de interpretação de lei sobre benefícios fiscais. No total, R\$ 3,2 bilhões eram questionados

2) Vitória inicial A Mitsubishi chegou a ganhar um julgamento em julho de 2010, mas poderia haver recurso e faltava o caso da Ford

3) Mudança na lei A força-tarefa sustenta que, para resolver o problema, os lobistas das montadoras recorreram ao Executivo e ao Congresso para baixar e emendar a MP 512, a chamada "MP da Fiat". A renúncia de impostos no futuro significava perdas de R\$ 4,5 bilhões a R\$ 18 bilhões 4) Emendas providenciais A MP estendia benefícios fiscais até 2020. Com emendas feitas pelo relator, o então deputado Moreira Mendes (PSD-RO), a interpretação de normas questionadas foi modificada em favor das montadoras. A MP foi aprovada em abril de 2011 e sancionada por Dilma Rousseff

5) Vitória final Com isso, os julgamentos no **Carf** foram vencidos pelas empresas Mitsubishi e Ford

6) Os agentes públicos e propina A força-tarefa sustenta que o então ministro, Gilberto Carvalho, e a servidora Lytha Batiston ajudaram na produção da MP 512. Para ela, houve propina de R\$ 506 milhões

Dilma terá de explicar MPs

A juíza federal responsável pelos processos da Operação Zelotes em Brasília, Célia Regina Ody Bernardes, pediu ontem, em caráter urgente, à Presidência da República, a quatro ministérios, ao Senado e à Câmara dos Deputados que sejam enviados à Justiça Federal, num prazo máximo de 10 dias, todos os documentos, incluindo registro de reuniões, relativos à produção de duas medidas provisórias de 2009 e 2013. A informação é do jornal Folha de S.Paulo. Segundo a suspeita da força-tarefa da Zelotes, as medidas teriam sido "vendidas" em benefício da indústria automotiva. Em ofício dirigido à presidente

Dilma Rousseff, a juíza solicitou "todos os documentos produzidos (estudos, pareceres, notas técnicas etc), inclusive registro de reuniões". A juíza acolheu um pedido da Procuradoria da República no Distrito Federal.

Pedidos de quebra de sigilo

Correio Braziliense - 29/10/2015

Fazenda e Receita recomendam a devassa nos dados fiscais e bancários dos investigados. Decisão será tomada pela Justiça Federal

JOÃO VALADARES, EDUARDO MILITÃO

Pedidos de quebra de sigilo Relatório técnico elaborado pela Corregedoria-Geral da Fazenda, em conjunto com a Receita Federal, recomenda a quebra de sigilos fiscal e bancário de envolvidos na Operação Zelotes. Duas empresas em que Luis Cláudio Lula da Silva, filho do ex-presidente Lula, aparece como sócio foram alvo da recomendação. O documento solicita a abertura das contas bancárias de Gilberto Carvalho, ex-ministro da presidente Dilma Rousseff (PT) e ex-chefe de gabinete de Lula. O pedido de quebra de sigilos de 21 empresas e 28 pessoas refere-se ao período compreendido entre 2008 e 2015. O documento, anexado ao inquérito da força-tarefa que apura o caso, já se encontra em análise na 10ª Vara da Justiça Federal. Até o fechamento desta edição, nenhuma decisão havia sido proferida.

Na segunda-feira, durante a quarta fase da Zelotes, delegados e agentes da PF realizaram buscas em três empresas de Luis Cláudio: a LFT Marketing Esportivo, que recebeu dinheiro de uma das empresas suspeitas de pagar propina no esquema, a Touchdown Marketing Esportivo e a Silva Casara, registrada em nome da nora do ex-presidente. Os investigadores comunicaram à juíza da 10ª Vara federal de Brasília, Célia Regina Ody Bernardes, que o ex-ministro do governo Lula Gilberto Carvalho atuou em "conluio" com um consultor na hora defender interesses do setor automobilístico.

O principal objetivo da solicitação da Corregedoria-Geral da Fazenda, encaminhada ontem à Justiça pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF), é identificar toda origem e destino das movimentações financeiras dos suspeitos de compra de medidas provisórias e pagamento de propinas a integrantes do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), ligado ao Ministério da Fazenda, para abatimento de dívidas. Na tarde de ontem, a Receita Federal não quis comentar o assunto. Apenas confirmou que o relatório técnico, que integra a investigação penal, constava no processo que se encontra em curso na 10ª Vara federal.

Os técnicos recomendaram também a abertura do sigilo bancário e fiscal da mulher de Gilberto Carvalho, Floripes dos Santos, e ainda de três filhos. O

Fisco também quer dados sobre as movimentações da Cantina Sanfelice, que funcionava na 206 Sul, pertencente a uma filha do petista. A MMC e a Caoa não se manifestaram sobre a recomendação.

Benefícios

A suspeita de Ministério Público, PF, Receita Federal e Corregedoria do Ministério da Fazenda - que integram o grupo de investigadores da Zelotes - é que as empresas MMC e Caoa, ambas sediadas em GOIÁS, pagaram propina para verem aprovada a Medida Provisória 471. A norma estendeu em cinco anos benefícios fiscais ao setor automobilístico. Ex-integrantes do Executivo, como Gilberto Carvalho, são suspeitos de ou ajudarem na empreitada ou de ganharem suborno por meio dos escritórios de lobby SGR Consultoria e Marcondes e Mautoni. "Em outras palavras, compra de legislação", diz parecer do Ministério Público à 10ª Vara reforçando o pedido de prisões e buscas. Luís Cláudio, filho do ex-presidente Lula, é suspeito de obter dinheiro de algum esquema semelhante.

Ontem, o Correio tentou entrar em contato com Gilberto Carvalho, no entanto, não conseguiu localizá-lo. O advogado de Luis Cláudio afirmou que as buscas feitas são uma ação "despropositada". Cristiano Zanin Martins mencionou a empresa Touchdown, de Luis Cláudio Lula da Silva. "Essa empresa não tem qualquer relação com o objeto da investigação da chamada 'Operação Zelotes'", disse o defensor, lembrando que a firma organiza campeonatos de futebol americano no Brasil. Ele afirmou ainda que a LFT Marketing Esportivo, que recebeu R\$ 1,5 milhão do escritório suspeito, foi aberta depois da edição da MP 471.

PT prepara desagravo a Lula

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva participa hoje, em Brasília, da reunião do Diretório Nacional do PT, três dias após a Polícia Federal conduzir uma ação de busca e apreensão no escritório das empresas do filho caçula, Luis Cláudio Lula da Silva. O petista desembarca na capital e discursa às 10h. No encontro, Lula receberá o apoio da cúpula da legenda, que preparou um texto com uma defesa ao ex-presidente e ao governo. Ontem, após reunião da Executiva Nacional, em Brasília, o presidente do partido, Rui Falcão, classificou como "arbitrária" a ação da polícia na empresa de Luis Cláudio e disse que ele é alvo de "perseguição inominável".

Apesar de ter sido convidada, a presidente Dilma Rousseff não deve ir à reunião do diretório. Além de Lula e Rui Falcão, o ministro da Casa Civil, Jaques Wagner, discursará no evento, ao meio-dia. Durante a noite de ontem, petistas concluíram a resolução a ser apresentada hoje, que inclui críticas à política econômica adotada pelo governo e a defesa de Lula. O documento será analisado durante a reunião. O partido deve também sinalizar quais são as

orientações em relação às eleições do ano que vem.

Após participar de reunião com a Executiva do partido, Rui Falcão disse que o filho de Lula é alvo de "perseguição inominável" por parte do Ministério Público, da Polícia Federal, de "setores da mídia", "setores da oposição" e do Judiciário. "Nós vamos mencionar no documento (resolução do PT) essa agressão", disse Falcão. Para o presidente do PT, há uma campanha contra o partido, Dilma e Lula. "Tem um monte de tubarão e você vai correr atrás de um peixinho que sequer tem provas contra ele?", afirmou.

Atrito

A ação da polícia teria provocado a insatisfação de Lula e sua família em relação a Dilma. O petista e a presidente se encontraram no dia seguinte à operação, no aniversário de 70 anos do ex-presidente, em São Paulo. Segundo interlocutores do governo, os dois se cumprimentaram e se abraçaram normalmente. No jantar, Lula teria, inclusive, defendido o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a quem tem criticado. Além disso, o líder petista falou bastante sobre a importância de se defender o PT e o governo e disse que sairá em uma espécie de caravana pelo país. Esse movimento começou na Bahia, para onde o ex-presidente viajou na última semana e conversou com militantes.